

APAV[®]



associação portuguesa de

Apoio à Vítima

Recortes de Imprensa

Julho 2016



Apoio:

1986 **LPM** 2016
THE HOUSE OF PR



22-06-2016

Há cada vez mais idosos vítimas de violência financeira

Mais de dois idosos recorrem diariamente à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, muitos vítimas dos filhos e dos netos que se apropriam dos seus bens e das suas economias.

Em 2015, a APAV apoiou 977 idosos vítimas de crime, mais 125 face ao ano anterior, representando uma média de 2,7 por dia e 18,7 por semana.

Muitos destes idosos foram vítimas de violência financeira, um crime que "tem aumentado nos últimos anos, especialmente devido à situação da crise financeira", disse Daniel Cotrim, da APAV, que falava à agência Lusa a propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que se assinalou no dia 15 de Junho.

O psicólogo explicou que os idosos são "vítimas relativamente fáceis", sendo que na maior parte dos casos os agressores "são pessoas muito próximas", nomeadamente filhos e netos,

que "conhecem muito bem as suas vulnerabilidades e fraquezas".

"São muito mais fáceis de manipular e de exercer poder e controlo sobre eles, o que faz com que sejam vítimas de "muita violência financeira", além de violência física e psicológica.

Daniel Cotrim contou que os agressores ficam com o rendimen-

to dos idosos, chegando mesmo a retirá-los dos lares onde residem para ficar com o valor da mensalidade para apoiar o rendimento mensal da família.

Segundo o responsável, "a apropriação indevida de bens materiais e económicos dos idosos por parte dos seus familiares" é um dos motivos que leva muitas vezes as vítimas a pedirem ajuda à associação.



Situação das pessoas idosas em Portugal

A propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, recordamos o “Censos Sénior 2016”. A GNR identifica mais de 43 mil idosos sozinhos, o triplo de 2011. Os distritos de Viseu, Guarda, Vila Real, Beja e Bragança são os que mais têm idosos sinalizados. O relatório sinalizou 43.300 idosos, dos quais 60% vivem sozinhos, 22% isolados e 7% – cerca de três mil pessoas – na dupla situação de estarem sozinhos e isolados. Foram ainda identificados outros 10 mil idosos que – não estando sozinhos ou isolados – estão ainda assim em situação de grande vulnerabilidade – física ou psicológica, ao ponto da GNR ter encaminhado os processos de 800 dessas pessoas para outras instituições, nomeadamente de apoio social. A GNR, no “Censos Sénior 2016”, que decorreu entre 1 e 30 de abril em todo o país, fez, pela primeira vez, o levantamento das pessoas portadoras de deficiência, num total de 600 pessoas. Destas, 166



vivem sozinhas, 38 residem em locais isolados, 33 vivem sozinhas e isoladas.

Idosos vítimas de violência financeira

Segundo a APAV, são mais de 18 idosos os que, por semana, pedem ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Na maior parte dos casos, os agressores “são pessoas muito próximas”, nomeadamente filhos e netos, que “conhecem muito bem as suas vulnerabilidades e fraquezas”. Este crime tem aumentado, até porque os idosos são “vítimas relativamente fáceis”. Mais de 80%

das vítimas são mulheres. Mas há outros casos em que os agressores são pessoas estranhas que se fazem passar por funcionários da Segurança Social ou das Finanças.

A solidão é outra forma de violência

Não há muitos dados, de forma concreta, sobre a violência contra idosos em Portugal, até porque por medo ou vergonha eles próprios a escondem. Se os números da GNR nos falam dos idosos que vivem isolados, mesmo da família, há muitos que vivendo com os familiares são igualmente vítimas de isolamento e de maus tratos. Muitos destes estão com a família por causa da reforma de que são verdadeiramente expropriados, ou por causa da habitação. Os dados da APAV relativos a 2015, recentemente divulgados, mostram uma subida no número de denúncias: no ano passado registaram-se mais de dois casos por dia contra vítimas com mais de 65 anos.

Falta de estudos da situação dos idosos

O único estudo feito em Portu-

gal sobre o tema também aponta para valores mais significativos: estima que um em cada dez idosos com mais de 60 anos seja vítima de violência por parte de pessoas conhecidas (12,6%, de acordo com o projecto “Envelhecimento e Violência”, coordenado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, publicado em 2014).

De acordo com estes dados, mais de 300 mil idosos foram vítimas de violência no espaço de um ano, entre outubro de 2011 e outubro de 2012.

Segundo dados da APAV, na violência contra idosos, quase sempre o agressor está na família. Em quase 60% dos casos, estima o projecto “Envelhecimento e Violência”: E acrescenta que 13,5% das vítimas recusa identificar o agressor, um número que, acreditam os autores do estudo, pode esconder mais familiares. Dentro da família, em metade dos casos, a violência parte do cônjuge ou companheiro ou dos filhos. (Fontes: *Sensos Sénior 2016 e APAV*)



Entidades debatem formas de defender os idosos

Debater as formas de atuação em situações de violência, abandono e negligência dos idosos é o propósito que está na base de uma sessão de trabalho que se realiza amanhã, nas instalações do Tribunal Judicial de Braga, entre a Comissão de Proteção ao Idoso, o Ministério Público da Comarca de Braga, a Associação de Apoio à

Vítima (APAV) e as Autoridades Policiais.

A sessão visa ainda a cooperação entre estas entidades e a adoção de procedimentos uniformes na abordagem e tratamento das questões relacionadas com os idosos, disse a Comissão de Proteção ao Idoso.

Enquadra-se no combate à violência contra os idosos e pretende «al-

cançar uma plataforma de boas práticas, potenciando os instrumentos legais existentes na garantia dos direitos dos idosos».

«O acolhimento desta iniciativa é o exemplo vivo da importância e interesse que as problemáticas em torno do envelhecimento começam a suscitar, de forma transversal, aos diferentes níveis de intervenção social quer de

natureza pública quer de natureza privada», refere a mesma fonte, acrescentando que a congregação de esforços e vontades protagonizadas pela Comissão de Proteção ao Idoso e o Ministério Público da Comarca de Braga são uma «marca indiscutível na agenda da solidariedade social no que concerne à proteção e promoção da pessoa idosa».





Sessão de trabalho

Várias entidades unidas para actuar na violência contra idosos

As formas de actuação em situações de violência, abandono e negligência dos idosos estão em debate, esta sexta-feira, numa sessão de trabalho que junta a Comissão de Protecção ao Idoso, o Ministério Público da Comarca de Braga, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e as autoridades policiais.

A sessão, que decorre no Tribunal Judicial de Braga, visa a cooperação entre estas entidades e a adopção de procedimentos uniformes na abordagem e tratamento das questões relacionadas com os idosos.

A iniciativa enquadra-se no combate à violência contra os idosos e pretende alcançar uma plataforma de boas práticas, potenciando os instrumentos legais existentes na garantia dos direitos dos idosos.

A congregação de esforços e vontades protagonizadas pela Comissão de Protecção ao Idoso e o Ministério Público da Comarca de Braga mostram que há uma agenda da solidariedade social no que concerne à protecção e promoção da pessoa idosa.




ELA NÃO É A ÚNICA MULHER

RITA PEREIRA E PEDRO BARROSO
FICÇÃO SERVE PARA SENSIBILIZAR

NOVELA ALERTA PARA REALIDADE

As imagens de violência doméstica em *A Única Mulher* são usadas pela APAV para sensibilizar o País.

São cerca de 71 as mulheres que, por dia, apresentam queixa por situações de violência doméstica, no nosso país. Em 2015, foram registados 25.915 casos de violência contra mulheres, uma realidade assustadora. A APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) associou-se à TVI numa campanha recente e a história entre Rita Pereira e Pedro Barroso salta da ficção para a realidade. Uma forma de chamar a atenção para a violência doméstica. Sob o lema Ela Não É a Única Mulher, pretende-se sensibilizar as

personas para este crime, que pode ser denunciado por qualquer cidadão, a partir do núcleo dos atores constituído por Pedro Barroso (Rodrigo) e Rita Pereira (Luena). Com esta realidade, infelizmente, tão presente, a intensidade das personagens representadas na novela *A Única Mulher* pretende sensibilizar a sociedade para a necessidade de apoio às vítimas deste crime. Recorde-se que é considerada violência doméstica o abuso verbal, emocional e físico entre membros de um casal, e entre progenitores e crianças. 

NÚMEROS NÃO PARAM DE SUBIR

Cerca de 40 mulheres morrem, por ano, às mãos dos homens que amam. Por dia, 71 apresentam queixa nas autoridades. O tema abordado na novela da TVI serve de campanha à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima





A TUAL

As cenas de violência doméstica marcaram a segunda temporada da novela



PEDRO BARROSO REGRESSA À NOVELA DA TVI COMO “BOMBEIRO DE SERVIÇO”

Contratado para subir audiências

O ator foi chamado à pressa por José Eduardo Moniz para voltar à **Única Mulher**. Estão prometidas mais cenas de violência doméstica entre Pedro Barroso e Rita Pereira.

Se até à sua segunda temporada a novela da TVI **A Única Mulher** bateu sempre a concorrência direta com uma larga vantagem nas audiências, esta terceira temporada, estreada em maio, não tem conseguido convencer o público, que está dividido entre a novela da TVI e a da SIC, nomeadamente **Coração d'Ouro**. Ambas têm estado a competir no horário nobre, e se há dias em que a história de **Mara** e **Luís Miguel** fica em primeiro lugar, há outros dias em que a trama passada no Douro ganha. Por esse motivo, José Eduardo Moniz e a autora d'**A Única Mulher** ter-se-

-ão reunido de emergência de forma a alterar o rumo da história de algumas personagens, como nos conta uma fonte da Plural, produtora da novela: “Devido às baixas audiências, o Moniz chamou o Pedro Barroso para voltar à história, para fazer novamente cenas de violência doméstica com a Rita Pereira. A história deles funcionou muito bem na segunda temporada e agora querem reavivar esses momentos para ver se a novela volta a ganhar ação”. São, por isso, esperadas mais cenas de violência física entre **Luena** (Rita Pereira) e **Rodrigo** (Pedro Barroso), que tanto impressionaram os espetadores e resultaram, inclusive, numa campanha da APAV.

Texto: LEVI FILIPE MARQUES (levi.marques@impala.pt); Fotos: ARQUIVO IMPALA e D.R.

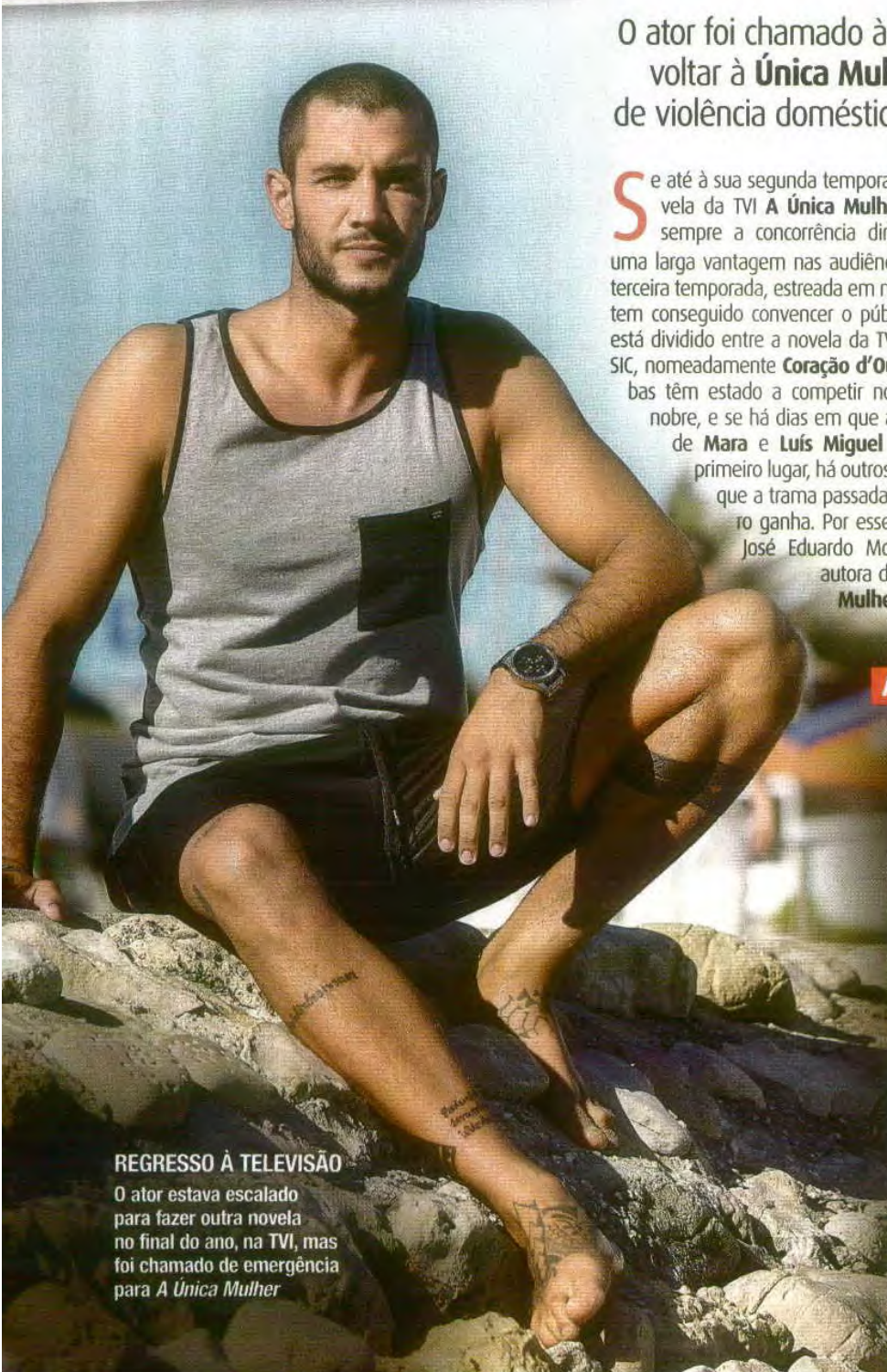
Ator grava videoclipe na Suíça

Pedro Barroso esteve na última segunda e terça-feira em Neuchâtel, na Suíça, a gravar o videoclipe **O Teu Olhar**, da cantora lusodescendente Leticia Carvalho. Os dois gravaram cenas bastante cúmplices, no lago e num hotel, e o resultado pode ser visto em breve. De referir que a jovem concorreu à última edição do **The Voice Portugal**, em 2015, ficando na equipa de Mickael Carreira.



REGRESSO À TELEVISÃO

O ator estava escalado para fazer outra novela no final do ano, na TVI, mas foi chamado de emergência para **A Única Mulher**





PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS IDOSAS

O silêncio é o maior aliado à violência – quebre-o!

No dia 15 de junho assinalou-se o Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas com o intuito de sensibilizar a sociedade civil sobre as mais diversas formas de violência que as pessoas idosas estão sujeitas, não só no seu domicílio mas também em instituições e/ou espaços públicos.

Reconhecendo que a violência contra as pessoas idosas constitui um problema social e de saúde pública, considera-se que o seu eficaz combate pode contribuir para um futuro mais inclusivo, onde todos sejam respei-



tados ao longo do ciclo de vida, nomeadamente no contexto de um envelhecimento ativo e saudável.

Entre 2000 e 2012, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 7.058 pessoas idosas vítimas de crime (aumento de 179%). No que diz respeito ao perfil da vítima, esta é geralmente do

sexo feminino (cerca de 82,2%), com idades compreendidas entre os 65 e os 75 anos.

No presente ano, o grande destaque centra-se na discussão da criação de uma Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Idosas. Embora exista uma Declaração Universal de Direitos Humanos, os direitos das pessoas idosas não são expressamente reconhecidos.

Segundo a APAV, existe um insuficiente conhecimento do tema por parte das vítimas, familiares e prestadores de cuidados, logo é fundamental alertar a sociedade portuguesa para a realidade

ainda tão obscura da violência praticada contra as pessoas idosas.

O Gerontólogo, profissional responsável pela promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar da pessoa idosa, tem competências para intervir na capacitação dos profissionais e da sociedade em geral. Deste modo, devem ser adotadas medidas preventivas para que esta problemática possa ser erradicada, começando por reforçar a importância da notificação de casos suspeitos/confirmados contra a pessoa idosa.

Os alunos de Gerontologia da Universidade de Aveiro, Inês Diniz e Vítor Rodrigues



Ministério Público vai criar Comissão Permanente para idosos

Os delegados da Procuradoria-Geral da República junto dos vários tribunais do distrito e os responsáveis distritais da PSP e da GNR acordaram na criação de uma Comissão Permanente de Acompanhamento a Idosos.

© JOAQUIM MARTINS FERNANDES

A nova entidade deverá ser formalizada na última semana de setembro e tem já assegurada a colaboração de magistrados judiciais do Tribunal da Comarca de Braga. A decisão de avançar nos mecanismos de proteção e garantia dos direitos dos idosos foi tomada numa reunião realizada na passada sexta-feira.

O encontro, que foi promovido pela Comissão de Proteção ao Idoso (CPI) e pelo Ministério Público da Comarca de Braga, registou a ade-



Idosos do distrito vão ter uma comissão de defesa com forte matriz judicial

são da magistrada judicial e da magistrada do Ministério Público que integram a CPI, respetivamente Conceição Sampaio e Armandina Conde. Mas também a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e das autoridades policiais se fizeram representar na reunião, que registou ainda as participações do procurador coordenador do Departamento Central de Investigação e Ação Penal,

Pinto Bronze, e dos procuradores adjuntos adstritos à violência doméstica das



A criação da Comissão Permanente enquadra-se no combate à violência contra os idosos.

comarcas de Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos. Também a PSP de Braga e de Guimarães e o comando distrital da GNR se comprometeram com a criação da nova unidade distrital de apoio aos idosos.

O grande objetivo da futura Comissão Permanente é «conjugar todos os esforços» e promover «formas de cooperação interinstitucional» que

conduzam à «adoção de procedimentos uniformes no combate à violência e maus-tratos contra idosos», disse fonte ligada ao processo, precisando que a «iniciativa enquadra-se no combate à violência contra os idosos e pretende alcançar uma plataforma de boas práticas, potenciando os instrumentos legais existentes na garantia dos direitos dos idosos».

«As dificuldades na obtenção da prova, a eficácia das medidas de coação e o acompanhamento das vítimas durante o processo judicial foram alguns dos temas abordados [no encontro da passada sexta-feira], onde foi [também] reconhecida a necessidade de cooperação entre as instituições intervenientes para o êxito da ação penal e a garantia dos direitos dos idosos», acrescentou a mesma fonte.

Ainda segundo a fonte judicial, «o acolhimento desta iniciativa é o exemplo vivo da importância e interesse que as problemáticas em torno do envelhecimento começam a suscitar, de forma transversal, aos diferentes níveis de intervenção social quer de natureza pública quer de natureza privada».

Salienta a mesma fonte que «a congregação de esforços e vontades protagonizadas pela Comissão de Proteção ao Idoso e o Ministério Público da Comarca de Braga são uma marca indiscutível na agenda da solidariedade social no que concerne à proteção e promoção da pessoa idosa».


PAIS EM TEMPOS DE CRISES

Os velhos e a família



Mário Freire
Professor

O passado dia 15 de Junho foi assinalado como o "Dia Internacional de sensibilização sobre a prevenção da violência contra as pessoas idosas." Trata-se de uma realidade ainda obscura a que não é alheia o aumento da esperança de vida e a que se associa uma certa quebra de laços entre as gerações. Ora, a violência contra as pessoas idosas constitui um problema social que urge combater. Só para se ter uma ideia, basta dizer que entre o ano 2000 e o ano de 2012 houve um aumento de 179% do total de pessoas idosas apoiadas pela

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que sofreram alguma forma de violência. Na maior parte dos casos os agressores foram pessoas próximas das vítimas, sejam o cônjuge, filho/a, neto/a.

Ora, os maus-tratos a idosos, para além de relações interpessoais impróprias que podem assumir a violência física e psicológica, revestem, ainda, outras formas como a sua exploração económica, o abandono, seja nas casas onde habitam, seja em hospitais e lares.

A solidão e o isolamento ou ambas as situações conjugadas têm merecido a atenção da GNR que, através dos "Censos Sénior 2015", conseguiram sinalizar 39 216 idosos no País dos quais:

- 23 996 vivem sozinhos;
- 5 205 vivem isolados;
- 3 288 vivem sozinhos e isolados, estando sinalizadas no Distrito de Castelo Branco 2165 pessoas. Esta intervenção

da GNR merece o maior realce. Estando a localização de uma pessoa sozinha e/ou isolada, devidamente referenciada, mais fácil e eficazmente pode fazer-se o seu acompanhamento, tornando mais rápido o apoio, em casos de urgência.

A velhice era considerada, em tempos passados, uma reserva de sabedoria e de experiência e, por isso, de uma maneira geral, respeitada. Os tempos, entretanto, mudaram. Os mais velhos, por vezes, são considerados como estorvo e, então, ficam longe, mesmo estando perto. É certo que muitas das condições económicas e familiares difíceis que hoje se vivem podem justificar comportamentos anómalos em relação a eles. A dignidade da pessoa humana, principalmente a dos mais frágeis, exige de todos, principalmente das famílias, que eles sejam os primeiros a serem acarinhados.



FOCAR

TECNOLOGIA

“Os fantásticos avanços nas comunicações eletrónicas constituem um grande perigo para a privacidade”

Earl Warren

Presidente do Supremo Tribunal de Justiça dos EUA e governador da Califórnia (1891-1974)



Combate real ao crime virtual

De que tamanho é o ciberespaço?
Onde estão as suas fronteiras?

A quem compete investigar os crimes que se praticam na web? Num mundo digital cada vez mais avançado, o Governo decidiu criar uma nova unidade nacional dentro da Polícia Judiciária. No final do mês nascerá a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica

 MÁRCIA GALRÃO





F | TECNOLOGIA

Alguma vez recebeu uma chamada no seu telemóvel pessoal com alguém do outro lado a tentar vender um produto e questionou: “Como é que teve acesso ao meu número privado?” E será que lhe responderam que tinham comprado uma base de dados que tinha o seu nome? Chama-se crime de falsidade informática e é um dos que mais cresceu nos últimos anos em Portugal.

Num mundo digital em que as redes sociais eliminaram fronteiras físicas e onde os perigos se escondem num ciberespaço que ninguém controla, o Governo decidiu dotar a Polícia Judiciária de mais meios para investigar e combater o cibercrime.

Por isso, no final do mês será criada em Conselho de Ministros a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica, dentro da Polícia Judiciária.

Equiparar a atual secção de Lisboa dedicada ao cibercrime a uma unidade nacional desta força policial é o principal objetivo, garantindo com isso que haverá um reforço de meios técnicos e humanos para melhorar os resultados das investigações a este nível.

A VISÃO, o atual coordenador da PJ com este pelouro, Carlos Cabreiro, explica que o grande objetivo “é aglutinar as várias valências e capacidades que a polícia já tem” e dar-lhe “maior autonomia”, para o combate a um tipo de crime que “está a evoluir muito rapidamente e que também exige uma formação muito específica, que com a unidade será possível aperfeiçoar”.

Dados da PJ relativos aos inquéritos abertos por crimes informáticos com início de investigação em 2014, a que a VISÃO teve acesso, revelam que a generalidade dos crimes praticados com recursos informáticos previstos na lei tiveram um aumento significativo no último ano. As burlas informáticas e nas comunicações constituem um dos principais problemas para os investigadores, com um aumento na ordem dos 67% de 2014 para 2015.

As infrações mais comunicadas à PJ dizem respeito à aquisição de bens através da internet, relacionadas com compras que servem apenas para obter dados de cartões de crédito e outros meios de pagamento. Há também ainda os crimes relativos à obtenção de trabalho, com anúncios online de empregos que afinal são falsos. Arren-

322
arguidos constituídos
em 2015 por burla informática
e nas comunicações

82%
aumento em 2015 dos crimes
de pornografia com menores

29
pessoas detidas no ano
de 2015 por cibercrime

7800
número de inquéritos abertos
em 2015 por burla informática
e nas comunicações

Carlos Cabreiro
O coordenador
do departamento
de cibercrime da PJ
vê na unidade uma
oportunidade para
intensificar o combate



damento de imóveis é outra das burlas em que os inspetores têm tido mais trabalho no último ano. No ano de 2015, a PJ abriu 7800 inquéritos por burla informática, mas apenas conseguiu constituir 322 arguidos e prender 18. Mas Carlos Cabreiro explica que esta tipologia de crime é “um caldeirão, porque sempre que existe uma dificuldade em qualificar o crime, ele é apresentado como burla informática”.

A ideia é que num tipo de crime que é transnacional, a criação de uma unidade autónoma dentro da PJ permita também uma maior coordenação a nível internacional, fazendo com que exista um ponto de contacto permanente, 24/7, que acaba também por “robustecer a capacidade interna da PJ”, considera o coordenador.

PORNOGRAFIA INFANTIL

Uma das grandes preocupações dos inspetores que se dedicam a investigar o ciberespaço é a pornografia infantil. Em Portugal, ela está a aumentar a ritmo elevadíssimo, registando-se entre 2014 e 2015 um aumento de 82% nos crimes relativos a este tipo de prática, envolvendo menores. De 94 inquéritos abertos pela polícia de investigação em 2013, passou-se para 440 em 2015. Carlos Cabreiro tem uma explicação: “A própria sociedade denuncia mais. Existem grupos de trabalho a nível mundial e dentro da Europol que estão a trabalhar de forma conjunta e a fornecer informação de países para países, o que aumenta o número de investigações.” Além disso, acrescenta, existem “grupos de alerta e Organizações Não Governamentais que ajudam a denunciar estes crimes”.

Só que da denúncia à efetiva condenação de quem pratica este tipo de crimes vai uma longa distância. O coordenador do departamento de cibercrime da PJ admite que há uma “enorme dificuldade em identificar quem é que começa por expor determinada imagem de uma criança” e acredita que parte do problema se resolveria com o acesso da polícia aos chamados metadados, ou dados de tráfego na internet. Uma questão que tem estado a ser discutida e que recentemente levou a um chumbo do Tribunal Constitucional, que não permitiu o acesso a este tipo de informação aos serviços secretos portugueses.

Carlos Cabreiro explica que “sem acesso aos dados de tráfego, dificilmente se consegue atribuir a prática de crime a al-



guém”. O facto de esta ferramenta estar vedada à PJ é um dos calcanhares de Aquiles na investigação dos crimes relacionados com pornografia infantil e tudo o que se relaciona com o ciberespaço, incluindo o próprio terrorismo. Mas Portugal não é caso único e o acesso aos metadados é uma das discussões que está atualmente em cima da mesa em muitos países europeus, seja no que toca a quem deve ter acesso como ao tempo que esta informação deve estar disponível.

“Imagine que alguém chega ao nosso piquete e reclama que tem a sua fotografia ou a do seu filho exposta num site de pornografia na internet. É preciso que se criem mecanismos céleres para que seja possível retirar de imediato aquela fotografia da rede e considerá-la informação criminal. Esse tem que ser o primeiro passo, mesmo que depois precise de ser covalidado por um juiz.” Sem esta hipótese, Carlos Cabreiro diz que “as polícias sentem-se incapacitadas de chegar a alguns elementos de prova.”

FALSIDADE INFORMÁTICA

Nos crimes de falsidade informática, a PJ abriu o triplo dos inquéritos em 2015, relativamente a 2013 (154 contra 50), mas apenas prendeu uma pessoa. O mesmo aconteceu com a sabotagem informática, que passou de 33 inquéritos abertos em 2013 para 104 e não levou a qualquer prisão.

Recentemente, a PJ conseguiu ser bem sucedida na chamada operação *Signal*. No final de junho foram identificados e detidos três homens e três mulheres, parte de duas redes criminosas, que atuavam nas zonas da Grande Lisboa e Algarve e se dedicavam à recolha ilícita e comercialização de dados pessoais armazenados em bases de dados de empresas portuguesas com avultada expressão numérica de clientes.

No caso desta operação *Signal*, a PJ informou então que “não obstante a proteção empresarial exercida sobre tais dados pessoais, os autores acediam aos sistemas corporativos das empresas onde eram trabalhadores, copiavam a informação pessoal de valor comercial para estabelecimento de perfil de utilização, vendendo-os a terceiros, concorrentes na área de mercado em causa”.

Todo um mundo novo a que a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica promete dar o máximo de atenção. mgalrao@visao.impresa.pt



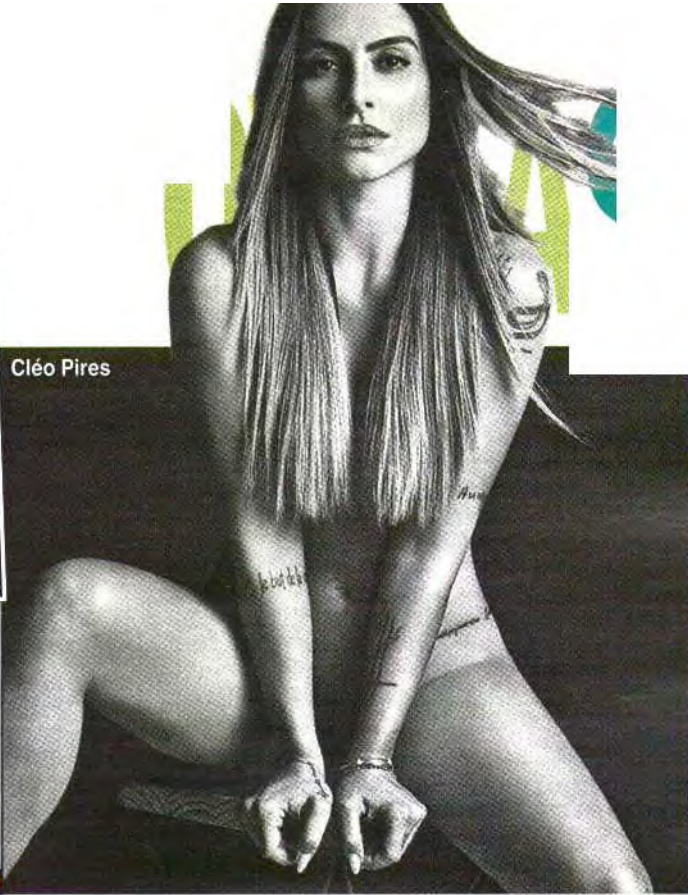
Ela não é a ÚNICA MULHER

Sabia que, por dia, há 71 mulheres a apresentarem queixa por situações de violência doméstica? E que só em 2015 registaram-se 25.915 casos, em Portugal? A APAV associou-se à TVI numa campanha a partir da novela *A Única Mulher*, com os atores Pedro Barroso (Rodrigo) e Rita Pereira (Luena), que na ficção protagonizaram esta realidade. O objetivo é reforçar o alerta e o debate.





Cléo Pires



Contra a VIOLÊNCIA



No Brasil, Cléo Pires foi desafiada a iniciar uma campanha contra a violação. Fez uma capa da revista "Marie Claire" com a frase "Linda e nua, se ela disser não é estupro". A sua mãe, Glória, e outras famosas despiram-se igualmente para aderir a este movimento. Por cá, também Rita Pereira e Pedro Barroso emprestaram a sua imagem por uma boa causa. Os atores são protagonistas de uma campanha da APAV que alerta para a violência contra as mulheres, usando as suas personagens de "A Única Mulher".

Fotos: AgNews e Divulgação



Gabinete de Apoio à Vítima tem melhores condições de atendimento

APAV conta com novas instalações no centro de Cascais

O Gabinete de Apoio à Vítima de Cascais mudou-se de São Pedro do Estoril para Cascais (Avenida 25 de Abril, 1097 C, Loja 6), dispondo agora de novas instalações que reúnem melhores condições de trabalho e de atendimento.

A inauguração teve lugar no passado dia 6 de Julho. “Comemoramos mais uma etapa no caminho de apoio às vítimas de crime que há 21 anos trilhamos em Cascais e cuja expressão não seria certamente a mesma sem as parcerias e trabalho em rede que tanto nos orgulham”, disse Carolina Gomes, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Cascais.

Esta responsável, em declarações ao JR, disse que “nestas novas instalações temos mais uma sala de atendimento e passamos, assim, a dispor de três salas para atender as pessoas. Temos também uma sala para a gestora e outra para a equipa. É um lugar mais central e mais espaçoso”. Esta mudança teve o apoio da Câmara municipal de Cascais.

Foto: Francisco Lourenço



Carolina Gomes coordena uma equipa que conta com seis elementos que deram apoio a 529 vítimas directas

A mudança já estava prevista há algum tempo, desde 2010. “Felizmente, conseguimos concretizar este ano”, salientou esta responsável, que coordena uma estrutura que funciona com uma equipa de seis pessoas (uma a tempo inteiro e as restantes em regime de estágio e voluntariado). Carolina Gomes fez um balanço da actividade do ano passado: “Registámos 714

processos de apoio com atendimentos. Num total de 529 vítimas directas, assinalam-se 1.170 crimes e ou outras formas de violência. O trabalho realizado com os utentes da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) resultou de um total de 3.407 atendimentos. A violência doméstica foi o crime mais abundante (942 casos), tendo o apoio prestado sido genéri-

co, em termos emocionais ou informação sobre outras entidades (80,7%), seguindo-se o apoio jurídico (17,1%). O contacto telefónico foi o que mais se destacou. “É geralmente o próprio utente que o estabelece, mas também foi significativo o contacto de familiares; os familiares e amigos são quem mais encaminha para o gabinete”, enunciou Carolina Gomes.

A esmagadora maioria das vítimas, 84%, eram do sexo feminino e tinham idades entre os 35 e os 54 anos (25,9%), sendo que 26,8% se encontrava a trabalhar. Quanto ao concelho de residência da vítima, sobressaem duas localizações: Cascais com 37,8% (200 casos) e Sintra com 14,9% (79 casos). Oeiras registou 9,6% das denúncias (51 casos); O autor do crime é frequentemente o companheiro, cônjuge, ex-cônjuge, namorado e ex-namorado, que, no total, representaram 57,1% das situações. Neste caso, 86% dos autores do crime eram do sexo masculino e tinham idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (24%). Em 27,3% dos casos eram casados e possuíam uma ocupação profissional (26,1%). O tipo de vitimação mais registado em 2015 foi de tipo continuado com 67% dos casos. Destes registos, em 21,2% dos casos a vitimação tinha em média uma duração entre os 2 e os 6 anos.

Francisco Lourenço



RECEITAS REVERTEM PARA ONZE ASSOCIAÇÕES

**Venda**

O disco já está à venda em todas as lojas e plataformas digitais



FOTOS: JUDANA BAPTISTA

MÚSICOS GRAVAM CD SOLIDÁRIO

ONZE CANTORES ACEITARAM O DESAFIO DE FAZER UMA MÚSICA DE RAIZ EM APENAS 24 HORAS

O desafio era simples mas resultou em grande. Inspirado numa velha brincadeira de infância, 'Passa a Outro e Não ao Mesmo' é um projeto musical solidário que junta alguns dos mais acarinhados e populares músicos da nova geração: Diogo Piçarra, Black Mamba, ÁTOA, Dengaz, Márcia, João Só, Amor Electro, Agir, HMB e D.A.M.A, sendo que o mais veterano deste lote é mesmo David Fonseca. Para o projeto, cada músico foi desafiado a escrever um tema original, sendo que a última frase de uma canção teria de ser

aproveitada como ponto de partida para a seguinte.

Todos os temas do projeto (que está disponível em todas as lojas e plataformas digitais) foram gravados no auditório da Rádio Comercial, sendo que cada músico teve 24 horas para criar uma música de raiz. No dia seguinte vinha outro.

As receitas do disco revertem cem por cento para onze associações de solidariedade, a saber: Aldeias SOS, Acreditar, Cais, União Zoófila, APAV, PAR, Ajuda de Berço, Fundação do Gil, Banco Alimentar, Re-food e Just a change. ●



Primeiro Plano



Vítimas e estatísticas

102

vítimas

de homicídio em 2015, mais uma do que em 2014. A maior parte dos crimes acontece entre vizinhos e conhecidos. Segundo os registos policiais, 38 das vítimas resultam de casos relacionados com violência conjugal ou familiar.

469

vítimas

de ofensa à integridade física voluntária grave (542 em 2014), incluindo tentativas de homicídio. Por ofensa à integridade física voluntária simples (de menor gravidade) houve 23 720 casos em 2015, menos 607 do que no ano anterior.

Custas processuais Regime de isenção só para casos de violência doméstica. APAV também quer vítimas de outros crimes a intervir nos processos sem pagar taxas

Violada na rua paga taxa de justiça mas agredida pelo marido não

Nelson Morais
justica@jn.pt

► Uma mulher alvo de violência doméstica por parte do marido que pretenda intervir contra ele num processo criminal já não tem de pagar custas para o fazer. É o Estado que o garante. O mesmo Estado que diz que se tiver sido violada por um desconhecido ou alvo de uma tentativa de homicídio, fora do contexto conjugal, só o pode fazer se pagar taxas de justiça. E há muitas que desistem porque não têm dinheiro.

Esta desigualdade de tratamento entre as vítimas de violência doméstica e aquelas que sofrem outros crimes está a ser alvo de críticas e a própria Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), ao avaliar o primeiro ano de vigência da Lei 130/2015, de 4 de setembro, que aprovou o Estatuto da Vítima, apela já à sua revisão.

Frederico Marques, assessor técnico da APAV, assume que 80% dos seus utentes até são vítimas de violência doméstica, mas mostra-se preocupado com os restantes 20%,

que, por falta de dinheiro, não têm possibilidades de obter o estatuto de assistente e ficam sem legitimidade para intervir no processo contra os autores dos crimes.

Segundo a mesma fonte, "há uma série de pessoas que, quando percebem que têm de pagar 102 euros para se constituírem assistentes, não o fazem". Até porque, se o fizerem, sabem que, como assistentes, vão ter de pagar outras taxas de justiça, de cada vez que decidirem intervir no processo, requerendo a abertura de instrução ou interpondo recursos, por exemplo.

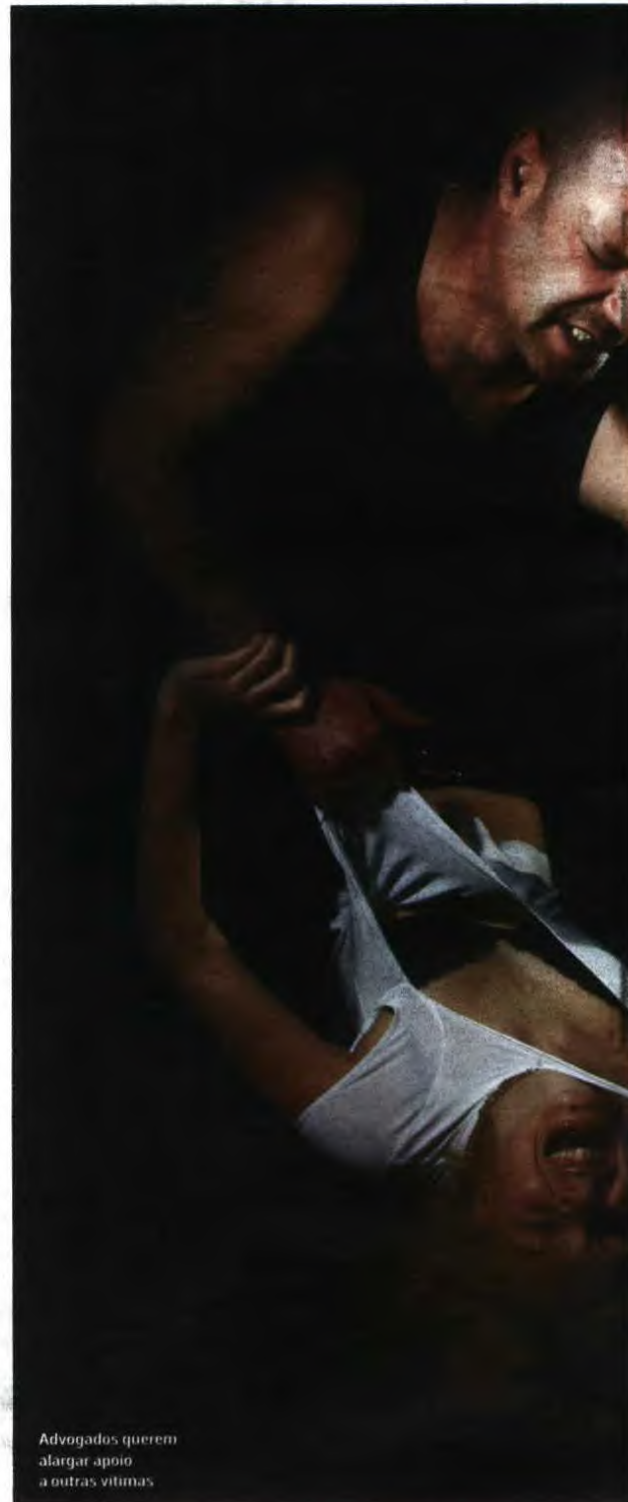
Orçamento de Estado deu isenção A APAV entende que o problema tem solução, através de uma alteração do Estatuto da Vítima, mas a isenção de custas judiciais de que beneficiam as vítimas de violência doméstica foi-lhes garantida por via da lei do Orçamento de Estado de 2016.

Sob proposta do Bloco de Esquerda, a Assembleia da República acrescentou uma alínea z) ao artigo 207.º daquela lei, visando alterar o regulamento das custas proces-

suais e assim criar "uma discriminação positiva", recorda o deputado bloquista José Manuel Pureza, justificando: "O combate à violência doméstica é uma prioridade que quisemos tornar mais clara com esta medida".

Pureza até admite que possam vir a existir futuras iniciativas legislativas para alargar a isenção de custas a vítimas de crimes de violação, na mesma frente de combate a uma criminalidade que vitima sobretudo mulheres, mas não se mostra disposto a muito mais.

Um dos vice-presidentes do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, Rui da Silva Leal, aplaude a mudança introduzida na legislação e, mesmo reconhecendo que "não somos um país rico", espera, de facto, muito mais. "É preciso é ir, agora, aos outros crimes", defende o penalista, a pensar nas "muitas pessoas que têm os seus empregos, mas não conseguem pagar as custas processuais, nem pagar honorários aos advogados". "O apoio judiciário, em Portugal, é praticamente só para indigentes", protesta Silva Leal. ●



Advogados querem alargar apoio a outras vítimas

22469

denúncias

por violência doméstica contra cônjuges registadas pelas polícias, no ano passado, segundo os dados do Relatório Anual de Segurança Interna. Apesar da dimensão, correspondeu a uma descida de 2,2% em relação a 2014.

67%

das vítimas

de violência doméstica em 2015 tinham entre 25 e 54 anos; 15% menos de 25 anos e 18% mais de 54 anos. Já no que diz respeito aos denunciados, 74% tinham entre 25 e 54 anos, 9% menos de 25 e 17% mais de 54 anos

375

casos

de violação foram participados às autoridades policiais no ano passado, segundo os dados do último Relatório Anual de Segurança Interna. Em comparação com 2014, houve um aumento de um caso.

277

detenções

no ano passado por suspeitas de crimes sexuais (262 homens e 15 mulheres). A maioria das situações referiam-se a abuso sexual de crianças e violação, mas também houve por pornografia de menores e lenocínio.

feito e por fazer :**Vítimas sem prioridade**

● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) diz que "as vítimas de crime não são uma prioridade em Portugal". Um problema "transversal a vários partidos", segundo afirma, evidenciado até pela demora da aprovação do Estatuto da Vítima. Era preciso transpor uma diretiva europeia de Outubro de 2012 para a legislação portuguesa no prazo de três anos, e a proposta de lei do Governo de Passos Coelho só deu entrada na Assembleia da República em junho de 2015, no meio de mais umas 60 iniciativas legislativas, lamenta assessor da direção a APAV Frederico Marques.

Lei avulsa é pouco digna

● Frederico Marques, da APAV, critica a opção do legislador de aprovar o Estatuto da Vítima numa lei avulsa, tal como fizera na lei da violência doméstica. Entende que uma futura revisão daquele estatuto deve ser aproveitado para integrá-lo numa nova secção do Código de Processo Penal, nomeadamente por este ser visto pelos operadores judiciais como tendo mais dignidade, justifica.

Só tem apoio quem não tem dinheiro

● O recente Estatuto da Vítima prevê que o acesso desta ao apoio judiciário se faz nos termos do regime geral de acesso ao direito. A lei da violência doméstica diz que, para conceder apoio judiciário às vítimas deste crime, também deve ser "ponderada a insuficiência económica, nos termos legais", mas enfatiza muito a necessidade de ser "célere" a fazê-lo.

Já não é preciso pedir indemnização

● A respeito de indemnizações, a única novidade apontada pela APAV ao Estatuto da Vítima é que, num julgamento em que há vítimas especialmente vulneráveis, o juiz, se condenar o arguido, arbitra imediatamente uma indemnização, mesmo que esta não seja pedida (e a não ser que a vítima não queira receber nada do autor do autor do crime...).

Magistratura Recomendada formação para atender e inquirir as vítimas

APAV diz que polícias evoluíram mais do que magistrados

Nelson Morais
justica@jn.pt

► O Estatuto da Vítima determina que "as autoridades policiais e os funcionários judiciais suscetíveis de entrar em contacto com vítimas recebem formação geral e especializada de nível adequado a esse contacto, a fim de aumentar a sua sensibilização em relação às necessidades das vítimas e de lhes permitir tratá-las de forma não discriminatória e com respeito e profissionalismo".

Esta obrigação de receber formação não garante por si só que as vítimas vão ser ouvidas por pessoas com uma especial qualificação, mas o especialista da APAV Frederico Marques considera que a probabilidade de isso acontecer nas polícias é grande. "As polícias já têm pessoas especializadas para fazerem este tipo de inquirições. Têm feito um esforço e um investimento grandes, [ainda que] demasiado centrado na violência doméstica", avalia.



APAV defende conteúdos sobre vitimação na formação dos magistrados

Frederico Marques entende, no entanto, que o mesmo caminho não foi sido trilhado por oficiais de justiça e magistrados. "Em muitos casos, falta o domínio das técnicas [de inquirição]", afirma, defendendo o reforço deste tipo de matérias nos currículos iniciais dos cursos de procuradores e juizes.

De resto, a redação do Estatuto da Vítima já determina que "as atividades do Centro de Estudos Judiciários contemplam conteúdos sobre vitimação, a fim de aumentar a sensibilização dos magistrados judiciais e do Ministério Público em relação às necessidades das vítimas". ●

flash :

"Não proteger todas as vítimas não é uma política humanizada"

Mauro Paulino
Psicólogo forense

É admissível que existam, no Estatuto da Vítima, direitos diferentes para vítimas de violência doméstica e de violação?

Não faz sentido. Nos últimos anos, tem havido uma grande preocupação com as vítimas de violência doméstica, mas não podemos esquecer-nos de que existem vítimas de outro tipo de crimes. Proteger umas vítimas e não proteger outras não é uma política humanizada. Ou se altera o atual estatuto ou se cria um específico para vítimas de crimes violentos.

O estatuto tem sido devidamente aplicado, neste último ano, no terreno?

Aquilo que notamos é que nem sempre as vítimas são verdadeiramente informadas dos seus direitos e dos mecanismos a que podem recorrer. Muitas queixam-se de que recebem um papel na esquadra, mas que não entendem o

que lá está escrito. Mais do que discutir o atual estatuto, seria necessário operacionalizar o que existe. As vítimas encontram-se num momento de grande fragilidade e precisam de ser mais informadas em termos práticos.

Mesmo assim, tem havido melhorias, nos últimos anos, na área da proteção às vítimas?

Tem havido um esforço evidente, sobretudo nas polícias, no atendimento à vítima. O progresso é visível, mas temos vindo a aperceber-nos de que está a estagnar. As polícias entendem que se já têm agentes formados na área não precisam de formar mais, o que gera por exemplo desigualdades no tratamento às vítimas nos grandes centros e no interior. ROSA RAMOS



ID: 65339083

19-07-2016



CRIMES VIOLENTOS

ATENUANTES | COMOÇÃO VIOLENTA

A violenta agressão contra o padrasto da menor pode ser considerada como 'privilegiada'. Se assim for, o crime prevê uma pena menor. Basta que o tribunal entenda que o homem estava movido por comoção violenta quando agrediu o suposto atacante da sua filha.

GONDOMAR

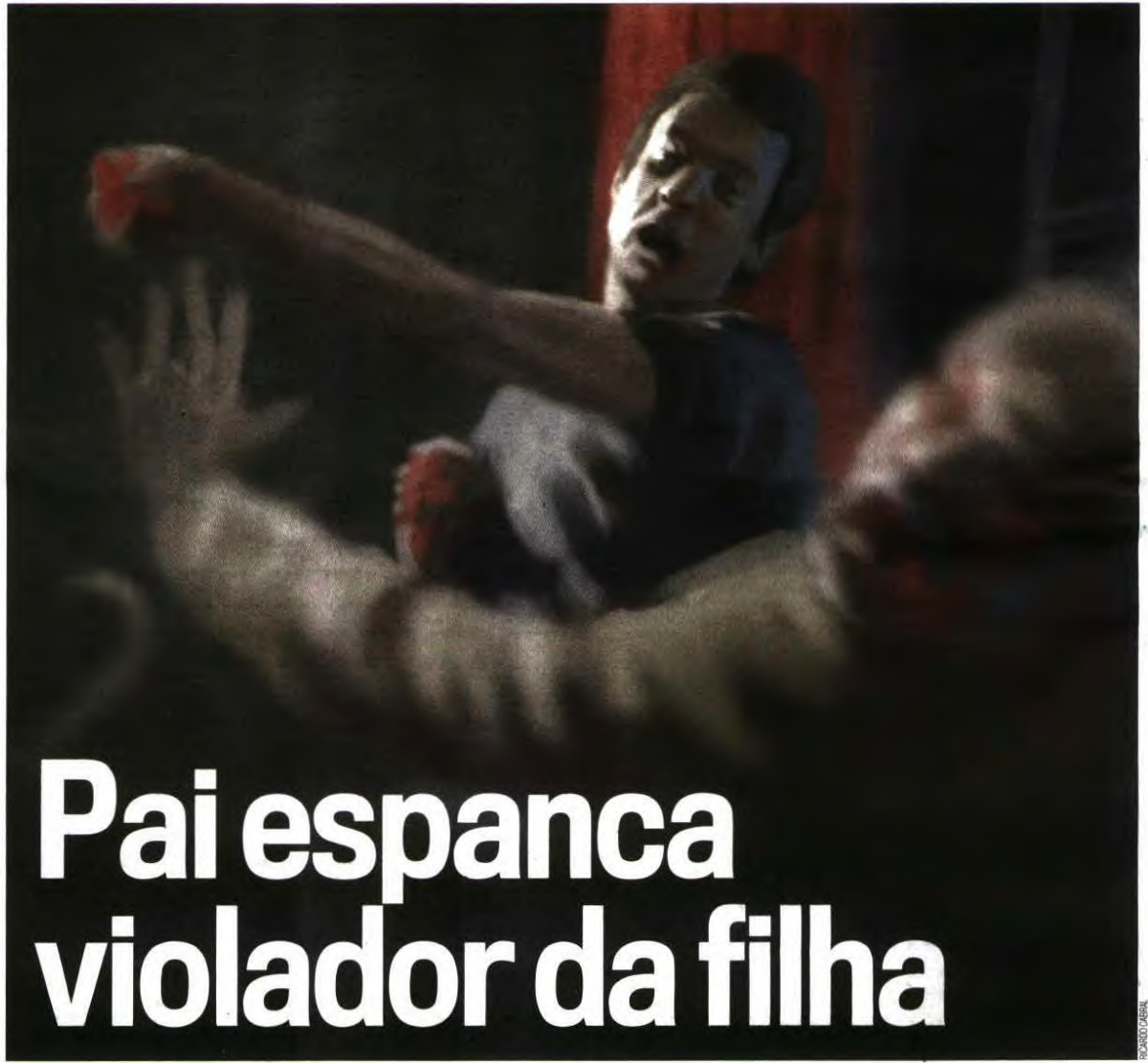
VIOÊNCIA ◊ Jovem de 18 anos conta ao pai que padrasto a atacou sexualmente. Homem foi pedir satisfações a suspeito de violação e agrediu-o gravemente com barra de ferro na cabeça **TRIBUNAL** ◊ Agressor foi preso pelos inspetores da Polícia Judiciária do Porto e hoje continua a ser ouvido pelo juiz de instrução criminal. Gravemente ferida, a vítima está em coma, no Hospital Stº António, no Porto. Corre risco de vida

LILIANA RODRIGUES/TÂNIA LARANJO/ÁGATA RODRIGUES

De cabeça perdida por a filha lhe ter contado que o padrasto tentou violá-la, não conteve a raiva. Foi de imediato para a porta do prédio onde a ex-mulher e o suposto abusador vivem, em Baguim do Monte, Gondomar. Exigia pedir satisfações ao alegado abusador, que, mal saiu do edifício, foi espancado. O pai da jovem, de 18 anos, foi à mala do carro e voltou com uma barra de ferro. Desferiu vários golpes na vítima, de 54 anos, até a deixar em coma. Ao fim do dia de ontem, o homem lutava pela vida no Hospital Stº António, no Porto.

Eram 19h00, de domingo, quando tudo se precipitou. À porta do edifício, o agressor - técnico de pladur com 44 anos - encontrou a ex-mulher e exigiu falar com o companheiro desta. A mulher garantia que a filha estava a mentir e só por isso saiu de casa, para poder ir viver com o namorado.

Devido aos berros que ouvia na rua, o padrasto decidiu ir ter com a mulher. Foi brutalmente espancado pelo homem em fúria que depois de o deixar inanimado no chão, fugiu do local.



Acabou por ser detido por volta das 23h00, pela Polícia Judiciária do Porto.

A vítima sofreu lesões cerebrais extensas e diversas fraturas ósseas. Mantém-se internada em estado crítico, sendo que as próximas horas serão cruciais. O agressor, que reside em Campanhã, no Porto, foi detido pela Judiciária e levado a tribunal para primeiro interrogatório. É hoje é interrogado. A denúncia da filha, que originou a agressão, não tinha sido feita às auto-

ridades policiais - a jovem apenas revelou ao pai.

A mãe da jovem e o padrasto estão casados há 19 anos, mas a relação familiar era conturbada há muito tempo. A mulher garantiu ontem ao CM que a filha inventou a violação como forma de se vingar. A mulher do agressor tem uma versão diferente. Diz que foram a casa da menor, após saberem da violação, para ir buscar os bens pessoais quando se envolveram em discussão. A agressão ocorreu nesse contexto. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO da manhã

"Foi tudo horrível, vi-o a cair no chão e estava inanimado"

◻ "Foi horrível, vi o homem a cair inanimado no chão depois de ele lhe ter dado com o ferro na cabeça. Nunca mais se levantou", relatou Daniela Ferreira, testemunha e vizinha da vítima, que alertou as autoridades para a tentativa de homicídio. Entre os moradores, todos



Daniela Ferreira ficou assustada após ver a violenta agressão

garantem que é uma família sem problemas. A brutal agressão apanhou todos de surpresa. "É para esquecer, foi muito mau", rematou a vizinha. ●

ID: 65339083

19-07-2016

TRIBUNAL DE TURNO | OUVU ARGUIDO

Devido às férias judiciais, o suspeito foi levado para o Tribunal de Instrução Criminal do Porto, por ser aquele o tribunal de turno. O homem aceitou prestar declarações e garantiu que agiu daquela forma por estar de cabeça perdida. Assegura que só queria proteger a filha.



MÃE | OMITTE PRESENÇA A MÃE DA JOVEM, OUVIDA PELO CM, OMITIU A PRESENÇA DA MENOR NO LOCAL DA AGRESSÃO. DISSE QUE A FILHA ESTAVA AGORA A VIVER COM UM NAMORADO.

CADEIA | DETIDO NA PRISÃO ANEXA À PJ

O homem de 44 anos ficou ontem mais uma noite preso na cadeia anexa à Polícia Judiciária do Porto. Aguarda pela continuação do interrogatório, marcada para hoje, pelas 11 horas. Para já, está indiciado por tentativa de homicídio qualificado, visto que tudo indica que o crime terá sido premeditado.



PORMENORES

Advogado não falou

O arguido foi levado a tribunal ao princípio da tarde e saiu por volta das 20h00. O advogado disse ao CM que o interrogatório continuava hoje.

Familiares à porta

Os familiares do agressor estavam ontem bastante indignados no tribunal. Não queriam prestar esclarecimentos, queixando-se de que a mãe da jovem estava a mentir.

Do lado do pai

A jovem que alegadamente terá sido vítima do ataque sexual por parte do padrasto estava ontem no Tribunal de Instrução Criminal à espera de saber mais pormenores. A menor encontrava-se visivelmente indignada por o pai ter sido preso por a ter defendido.

INDICIADO POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO

O arguido, de 44 anos, está indiciado por um crime de tentativa de homicídio e arrisca ser condenado a uma pena de cadeia até 12 anos. ●

PLANEOU ATAQUE VIOLENTO COM FERRO

O arguido saiu decidido a ajustar contas. Levou um ferro escondido num saco de desporto, que colocou na mala do carro. ●

ESTÁ INTERNADO NOS CUIDADOS INTENSIVOS

A vítima corre risco de vida e está internada nos Cuidados Intensivos, tendo sido sujeita a diversos exames, sobretudo neurológicos. ●

BOMBEIROS PRESTAM SOCORRO À VÍTIMA

Os Bombeiros de Gondomar foram chamados ao local e prestaram os primeiros socorros à vítima, que transportaram para o hospital n.º 1 do Porto. ●

Vítimas pagam para ser assistentes

LEI Governo não prevê, para já, alargar isenções previstas nos casos de violência doméstica

Todas as vítimas de crimes que queiram intervir como assistentes nos respetivos processos têm de pagar custas judiciais para tal, com exceção dos casos de violência doméstica. A APAV quer alargar as isenções a vítimas de outros tipos de

VIOLAÇÃO NÃO DEPENDE DE QUEIXA PORQUE É UM CRIME PÚBLICO

crimes, nomeadamente vítimas de agressões sexuais, mas a alteração não está para já prevista. "Não se equacionou na mesma altura o seu alargamento a todas as vítimas de crimes contra a integridade física e contra a liberdade e autodeterminação sexual. Essa ponderação poderá ser, no entanto, feita oportunamente", disse ao CM fonte oficial do Ministério da Justiça, a propósito da exceção criada em março deste ano. O gabinete de Francisca Van Dunem lembra que a isenção para as vítimas de violência doméstica "era uma norma omissa no estatuto das vítimas de violência

doméstica, que comporta muitas soluções específicas que não abrangem as vítimas de outros crimes. No entanto, não é obrigatório que uma vítima se constitua assistente para que o

agressor seja responsabilizado criminalmente, uma vez que a violação, por exemplo, é um crime semipúblico. Por outro lado, as vítimas que requerem apoio judiciário ficam isentas de quaisquer despesas, incluindo as custas. ●ALN.



Vítimas que peçam apoio judiciário ficam isentas de custas judiciais

Juiz espera para saber como evolui estado de saúde

O juiz de instrução adiou o interrogatório do agressor para hoje, para recolher mais informações no Hospital de Santo António. Está em causa a possibilidade de a vítima não resistir aos ferimentos, o que alterará a configuração penal para homicídio. O magistrado de turno entende ser determinante para a aplicação das medidas de coação. ●



Hospital de Santo António

Mulheres vítimas de abuso sexual obrigadas a pagar custas judiciais



Há vítimas de abusos sexuais a desistir de avançar com processos em tribunal por causa das custas judiciais, aler-

ta a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), visto que o regime de isenção de pagamento só existe para os

casos de violência doméstica, escreve o Jornal de Notícias.

Segundo o estatuto da vítima, uma mulher alvo de violência doméstica por parte do marido está isenta do pagamento de taxas se quiser intervir contra ele num processo judicial. Esta isenção só se aplica em contexto conjugal, pelo que uma mulher que seja violada na rua, por exemplo, terá de pagar as custas judiciais. Segundo a APAV há mulheres que desistem de avançar com processos por causa destes custos, pelo que a associação sugere uma revisão do Estatuto da Vítima.

Só desde há um ano é que as vítimas de violência doméstica estão isentas das taxas judiciais, por iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda.

CARE apoiou 103 crianças

São todas vítimas de violência sexual e beneficiaram, em seis meses, da ajuda de uma rede criada para o efeito.

CARLA MARINA MENDES
cmendes@destak.pt

É uma rede de olhos postos nas crianças e jovens vítimas de violência sexual. É aquilo que a rede CARE, a iniciativa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), integrada no projeto CARE (financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian), faz é prestar «apoio emocional, psicológico, jurídico, social e prático» a quem precisa. E, nos primeiros seis meses deste ano, fê-lo a 103 menores, a maioria dos quais (83%) do sexo feminino e 35% com idades entre os 14 e os 17 anos.

Um apoio que se acentua no âmbito da rede CARE, quando comparado com aquele prestado pela APAV que, entre 2013 e 2015, apoiou 281 crianças. Os dados referentes ao primeiro semestre deste ano, a que o Destak teve acesso, revelam que em 48% dos casos a vítima era familiar direto do autor do crime (filha ou enteada), confirmando-se a tendência de violência sexual cometida em contexto intrafamiliar (67%).



123RF

EM NÚMEROS

28,2

POR CENTO dos casos diziam respeito a situações em que a vítima era filha do agressor.

12

POR CENTO dos casos em que a denúncia foi apresentada diretamente pela rede CARE.

No que diz respeito aos autores dos crimes, contam-se 110 nos primeiros seis meses do ano, a esmagadora maioria (93%) do sexo masculino e 29% com idades entre os 35 e os 50 anos. Autores de uma vitimação continuada em 55% das situações e alvo de denúncia na maioria das vezes (83%). O abuso sexual é o crime dominante (62%), seguido do abuso sexual de menor dependente (8%) e da importunação sexual.



“Não contes a ninguém”, disse ele à menina que ia violar

Vítimas
Ana Henriques

APAV divulga estatísticas dos primeiros seis meses de funcionamento de serviço de apoio especializado para crianças e jovens

Aliciava as meninas com guloseimas e moedas de um euro, mas se elas resistiam chegava a usar a força. Aproveitava-se da miséria em que viviam estas filhas de famílias de etnia cigana. A uma delas, de oito anos, valeu-lhe a atenção da mãe, que impediu o guarda da GNR reformado de consumir a violação. “Levou-a para um terreno isolado, encostou-a a uma rocha, baixou-lhe as calças e as cuecas pelo tornozelo, dizendo-lhe ‘Não contes a ninguém’, exibindo o seu pénis, enquanto lhe acariciava o

órgão genital”, descreve a sentença que o condenou a 15 anos de cadeia. Naquela tarde de Inverno, a progenitora – que costumava cumprimentar o sexagenário quando se cruzava com ele na rua – foi alertada pelos gritos da miúda, que acabou por ser encaminhada para as urgências hospitalares.

O caso passou-se em Mourão, no Alentejo, em 2014, e depois de vários recursos o agressor conseguiu que o Supremo Tribunal de Justiça lhe baixasse a pena para sete anos – muito embora reconhecendo a sua “propensão para a prática” de actos sexuais com crianças. Tivessem os ataques ocorrido mais recentemente e era bem possível que as meninas de etnia cigana pudessem ser encaminhadas para um novo serviço da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), destinado a prestar apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual. Os



A APAV segue 103 menores

resultados dos primeiros seis meses de funcionamento do projecto *Care* são apresentados hoje na Fundação Gulbenkian, que financia a iniciativa, e dão conta de que, em média, foram atendidos pela APAV quatro menores por semana, num total de 103 crianças. A maioria (83%) eram raparigas

e em 48% dos casos o agressor era seu familiar directo..

Entre 2013 e 2015, altura em que a APAV não tinha este apoio especializado, foram atendidas na associação 281 crianças vítimas de violência sexual. Bruno Brito, gestor da rede *Care*, que funciona em vários pontos do país, pensa que o elevado número de menores nestes primeiros seis meses, por comparação com os anos anteriores, pode ser um mero efeito do surgimento do projecto. É que há parceiros do *Care*, como é o caso da Polícia Judiciária, que passaram a encaminhá-las para aqui, para receberem não só apoio emocional e psicológico, mas também jurídico.

A sentença do caso de Mourão não diz quantas vezes tiveram as meninas de relatar o que se passou às autoridades. “O ideal era poderem contar tudo, à polícia, uma só vez”, explica Bruno Brito. Mas não é isso que costuma acontecer.

Maus tratos a idosos congrega esforços interinstitucionais

Nas instalações do Tribunal Judicial de Braga, teve lugar, no primeiro de Julho, uma sessão de trabalho promovida pela Comissão de Proteção ao Idoso e o Ministério Público da Comarca de Braga, em que estiveram presentes além dos representantes das duas instituições, elementos da APAV e das Autoridades Policiais, que debateram as formas de cooperação interinstitucional e a adoção de procedimentos uniformes no combate à violência e maus tratos contra idosos.

A iniciativa enquadra-se no combate à violência contra os idosos e pretende alcançar uma plataforma de boas práticas, potenciando os instrumentos legais existentes na garantia dos direitos dos idosos.

Estiveram presentes, nesta iniciativa, em representação da Comissão de Proteção ao Idoso, a Juíza de Direito Dr^a Conceição Sampaio e a Procuradora



Adjunta Dr^a Armandina Conde, em representação do Ministério Público o Procurador Coordenador da Comarca de Braga, Dr. Jorge Adelindo Gonçalves e o Procurador Coordenador do DCIAP, Dr. Pinto Bronze, e ainda os Procuradores Adjuntos adstritos à violência doméstica, das Comarcas de Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos, Comissário Barbosa da PSP de Braga e Subcomissário Silva da PSP de Guimarães, Tenente-Coronel Vaz Lopes da GNR e Dr^a Sofia Silva, da APAV.

As dificuldades na obtenção da prova, a eficácia das

medidas de coação e o acompanhamento das vítimas durante o processo judicial foram alguns dos temas abordados e onde foi reconhecida a necessidade de cooperação entre as instituições intervenientes para o êxito da ação penal e da garantia dos direitos dos idosos.

Assumido ficou o compromisso destas entidades na definição da cooperação estratégica interinstitucional e na constituição de uma Comissão Permanente de Acompanhamento, ficando já agendada sessão de trabalho para o dia 23 de Setembro de 2016, para a sua

formalização.

O acolhimento desta iniciativa, é o exemplo vivo da importância e interesse que as problemáticas em torno do envelhecimento começam a suscitar, de forma transversal, aos diferentes níveis de intervenção social quer de natureza pública quer de natureza privada. A congregação de esforços e vontades protagonizadas pela Comissão de Proteção ao Idoso e o Ministério Público da Comarca de Braga, são uma marca indiscutível na agenda da solidariedade social no que concerne à proteção e promoção da pessoa idosa.



FRASE

**REDE CARE DA
APAV PRETENDE
QUE O APOIO A
CRIANÇAS VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA
SEXUAL SEJA
ESPECIALIZADO"**



BRUNO BRITO
GESTOR DA REDE
CARE DA
ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA DE
APOIO À VÍTIMA



ID: 65410507

24-07-2016

Alteração à lei de violência doméstica. PS quer limitar direitos de pais agressores

Legislação. Grupo parlamentar avança em setembro com pacote legislativo para proteger melhor as crianças cujos pais tenham sido detidos ou condenados por agredir as mães. O Ministério Público fez recomendações nesse sentido

RUTE COELHO

O Partido Socialista quer limitar de forma urgente os direitos de pais julgados por violência doméstica sujeitos a medidas de afastamento de casa ou proibição de contactos com a vítima ou que já tenham sido condenados em tribunal por este crime. Esta iniciativa legislativa vai ser apresentada em setembro e retoma o projeto que foi chumbado pela anterior maioria PSD-CDS-PP e que visava uma comunicação direta entre o tribunal judicial e o de família e menores. Essas limitações estão relacionadas com as visitas aos filhos e com a impossibilidade de terem a guarda provisória das crianças se estiverem a responder como arguidos por violência doméstica.

Maior proteção às crianças e às vítimas de violência doméstica é o que pretende o projeto. A falta de comunicação entre os tribunais judiciais e as instâncias de família e menores tem levado a que aconteçam situações estranhas, como um pai condenado pela justiça por ter agredido a mãe ficar, ainda assim, com a

guarda provisória das crianças (*ver caixa*). A deputada socialista Elza Pais avançou ao DN que “em setembro o PS vai promover uma audição pública para discutir o projeto”.

A iniciativa vai alterar ou afinar artigos em alguma legislação existente, como a Lei da Violência Doméstica e o Estatuto da Vítima.

Medidas de coação versus visitas
O próprio Ministério Público refletiu sobre a falta de articulação entre os processos-crime de violência doméstica e a área de família e menores, a ponto de ter publicado nesta semana uma série de recomendações que resultaram de uma sessão de trabalho dedicada ao combate a este crime público e que estão na página da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Numa delas, diz ser “necessária a articulação desburocratizada entre o Ministério Público nos DIAP e as instâncias centrais de família e menores sempre que exista uma notícia por crime de violência doméstica que envolva crianças, com vista a acautelar a proteção da criança nos processos-crime, de promoção e proteção e de regulação das res-

ponsabilidades parentais”. Para o efeito, o Ministério Público recomenda “a realização das diligências necessárias à compatibilidade entre as medidas de coação aplicadas no processo-crime e o direito de visitas em causa na jurisdição e família e menores”.

Para poupar os menores que se veem no meio do conflito conjugal agravado pela violência, o Ministério Público defende que as jurisdições criminais e de família e menores se articulem para elaborar as questões a colocar à criança nas declarações para memória futura. O objetivo é “obter uma declaração válida para todos os procedimentos e evitar a dupla vitimização e, sempre que possível, com gravação de imagem”. Os procuradores que se reuniram para debater o tema recomendaram ainda que “a criança seja representada pelo mesmo advogado em todos os procedimentos, envolvendo-se a Ordem dos Advogados na prossecução desta necessidade”.

No caso mediático Bárbara/Carrilho, o filho do casal, Dinis, foi a primeira criança a pedir para ter um advogado a representá-lo num

CASO

Ana Vilma: a mãe em greve de fome

› Ana Vilma Maximiano, 34 anos, que terminou no início de julho uma greve de fome que durou 20 dias, luta para ter de volta duas filhas menores cuja guarda provisória foi entregue ao pai, condenado por violência doméstica. Dos três órgãos de soberania que Ana visitou, apenas deputados do PS e do Bloco de Esquerda aceitaram ouvi-la na rua. Esta mãe apresentou queixa contra a juíza e a procuradora do processo.



processo de regulação do poder paternal – que tramita a par do processo de violência doméstica com queixas mútuas do casal. Aliás, a juíza acabou por atribuir a guarda provisória do filho mais velho de Bárbara e Carrilho ao pai, acusado de violência doméstica.

Afinar estatuto da vítima

O jurista Frederico Moyano Marques, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), lembrou ao DN que o Estatuto da Vítima em vigor já prevê que “sempre que há filhos menores o regime de visitas do agressor deve ser avaliado, podendo ser suspenso”. Também estipula que “as decisões transitadas em julgado num processo de violência doméstica que apliquem medidas restritivas de contactos entre progenitores devem ser comunicadas à secção de família e menores do tribunal”. As visitas de um pai agressor aos filhos também já são feitas sem a presença da mãe e a intermediação de terceiros ou de uma instituição. Frederico Marques vê as alterações propostas pelo PS e Ministério Público como “afinações necessárias à lei”.



ATUALIDADE JUSTIÇA

Revenge porn: primeira condenação em Portugal para um crime que a APAV conhece bem

23/07/2016

A justiça portuguesa aplicou, pela primeira vez, a pena de prisão efetiva para uma caso de *revenge porn*, ou seja de publicação de um vídeo pornográfico caseiro, por parte de um dos intervenientes, com o intuito de prejudicar o outro.

Segundo revelou ontem Jornal de Notícias (JN), o coletivo de juízes do tribunal de Setúbal condenou, na passada quarta-feira, um homem de 38 anos, natural da mesma cidade, a três anos e nove meses de prisão, por ter publicado, em 2014, dois vídeos que fez com a sua namorada a terem relações sexuais.

Ficou provado que o homem divulgou os vídeos depois de ter descoberto que a namorada, com quem vivia, o tinha traído. Como forma de vingança publicou-os em 21 sites pornográficos e na rede social do trabalho da ex-companheira. Além disso, criou um perfil falso no Facebook, onde se fez passar por ela, marcando encontros sexuais com outros homens. Os juízes deram ainda como provado os crimes de devassa da vida privada e de falsidade informática.

Estes crimes chegam cada vez mais à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), pelo que se “a condenação é inédita, este tipo de situações não o é”, frisa Frederico Marques, assessor técnico da direção, em entrevista ao **Delas.pt**

No ano passado, a APAV lançou o projeto PROTEUS, precisamente com o objetivo de dar apoio a pessoas que fossem alvo de crimes informáticos e, ainda que a associação não disponha de dados estatísticos sobre as queixas relacionadas com este tipo de práticas, o técnico confirma que tem havido um crescimento do número de casos denunciados à associação.

“Cada vez mais surgem, no âmbito, designadamente, da violência doméstica, situações em que, por força da rutura do relacionamento e havendo na posse dos membros do casal desavindo, vídeos, fotografias de natureza íntima ou sexual, são utilizados por um contra o outro como forma de vingança, muitas vezes, pelo fim da relação”, exemplifica o responsável.

A publicação de conteúdos de cariz íntimo ou sexual em redes sociais ou através do envio por email para o grupo de amigos comuns, ou amigas ou colegas de trabalho da vítima são os métodos mais frequentes neste tipo de situação.

Leia também [Revenge porn com menor no centro de polémica em Inglaterra](#)

Moita - Projeto ligado à temática do Bullying Desafio Turma alerta para os perigos do Bullying

Esta iniciativa foi dirigida a todas as turmas da Escola, verificando-se nos trabalhos e apresentações dos jovens a consciência dos perigos relacionados com o Bullying e das consequências provenientes de uma prática cujos riscos podem ser fatais.



Os alunos da Escola Técnica Profissional da Moita, do 11.º ano de Restauração - Cozinha e Pastelaria, foram desafiados a desenvolver um projeto ligado à temática do Bullying.

Desafio superado! No dia 1 de julho, realizou-se uma palestra no auditório Novas Oportunidades, na Escola, com demonstração e trabalhos dos jovens, simulações e participação de entidades como a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco), GNR- Escola Segura e o IAC (Instituto de Apoio à Criança).

Desenvolvida nas disciplinas de Área de Integração e Português, esta iniciativa foi dirigida a todas as turmas da Escola, verificando-se nos trabalhos e apresentações dos jovens a consciência dos perigos relacionados com o Bullying e das consequências provenientes de uma prática cujos riscos podem ser fatais. Os alunos tiveram ainda a oportunidade de ouvir os representantes das entidades convidadas que relataram situações reais impressionantes e que mostraram como é preciso estar alerta para detetar este tipo de situações.

A Escola Técnica Profissional da Moita agradece a participação da APAV, CPCJ, GNR e IAC e felicita os alunos e professores pela iniciativa.

00h00 - sábado, 09/07/2016

Aljustrel combate violência contra idosos

A Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel dinamizou no mês de Junho três acções para sensibilizar os seus funcionários e despertar a comunidade para o problema da violência contra idosos.

"Temos consciência que a violência contra os idosos é algo que está a aumentar substancialmente. Por isso tentámos dar o nosso contributo junto da comunidade em geral e dos cuidadores informais e institucionais, no sentido destes estarem mais capazes e mais alertados para esta problemática", justifica Manuel Frederico, provedor da Misericórdia de Aljustrel.

Assim, e aproveitando o facto de a 15 de Junho se ter assinalado o Dia Mundial da Consciencialização para a Violência Contra a Pessoa Idosa, uma das acções realizadas pela SCMA foi a elaboração de um folheto informativo sobre o assunto, distribuído nesse mesmo dia no centro da localidade.

Também a 15 de Junho, a estrutura residencial para pessoas idosas da instituição recebeu uma acção de sensibilização sobre o tema com militares da GNR.

E a 21 de Junho, na Biblioteca Municipal de Aljustrel, teve lugar a palestra "Violência contra a pessoa idosa: Prevenir e intervir", que contou com a participação de técnicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e foi animada pelas modas alentejanas do Grupo Coral de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel.



Rede especializada da APAV apoiou 103 crianças vítimas de violência sexual só este ano

21 jul, 2016 - 06:42

A APAV lança esta quinta-feira uma campanha de prevenção de abusos sexuais de crianças e jovens, apelando à denúncia deste crime, para que possa ser investigado e a criança apoiada.



A rede de apoio especializado da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) a crianças e jovens vítimas de violência sexual, criada em Janeiro, acompanhou, em média, 17 menores por mês, a maioria vítima de crimes cometidos em contexto familiar.

"A Rede CARE surgiu do projecto CARE, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, e tem como objectivo especializar o apoio que é dado a crianças e jovens vítimas de violência sexual", disse à agência Lusa o gestor da rede, Bruno Brito.

Num relatório que reflecte o trabalho desenvolvido pela APAV e pela rede, que será divulgado esta quinta-feira, a associação pretende demonstrar o impacto da CARE no acompanhamento aos menores, através da comparação dos dados do apoio prestados entre 2013 e 2015 e o primeiro semestre de 2016.

Entre 2013 e 2015, a APAV apoiou 281 crianças e jovens e no primeiro semestre deste ano, já com a rede a funcionar, acompanhou 103, a maioria meninas (83%), 35% das quais com idades entre os 14 e os 17 anos.

Em 48% dos casos apoiados pela rede, a vítima era filho/a ou enteado/a do agressor, refere o Relatório Estatístico da Rede CARE.

"Confirma-se a tendência de a violência sexual contra menores ser cometida em contexto intrafamiliar (67%)", afirma o documento, sublinhando que, em 57,5% dos casos, os jovens foram alvo de vitimação continuada.

No primeiro semestre, foram identificados 110 agressores, a maioria (93%) homens, 29% com idades entre 35 e 50 anos.

Abuso sexual de crianças na nova campanha da APAV

🕒 22/07/2016 📍 Notícias 💬 0



"O abuso sexual de crianças e jovens não tem de ser um segredo" é o mote da mais recente campanha da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Depois de ter **sensibilizado para a realidade escondida da violência no namoro**, a associação redirecciona o foco para o abuso sexual de crianças e jovens.

A nova campanha, assinada pela Carmen do YoungNetwork Group, foi lançada no âmbito do projecto CARE e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. A agência explica que "por medo e vergonha, as vítimas de abuso sexual vivem na solidão e isolamento", pelo que urge falar sobre o tema e, neste caso, incentivar não só as vítimas mas também as testemunhas a denunciar estes episódios.

Para cumprir o objectivo a que se propõe, a campanha conta com a ajuda de alguns dos mais fiéis confidentes dos menores: brinquedos como ursos de peluche, robôs e bonecas. "Partindo do princípio de que muitas situações de abuso acontecem na casa das vítimas, no seu próprio quarto, as testemunhas acabam por ser personificadas nos brinquedos, sempre presentes e confidentes nas vidas das crianças", explica a Carmen.

APAV lança campanha de prevenção de abusos sexuais de crianças e jovens



O relatório anual 2015 da APAV refere que 54,6% das vítimas são meninas, com uma média de idade de 9,9 anos, sendo que 23,8% frequenta o pré-escolar e 23,6%, o primeiro ciclo.

© NEIL HALL / REUTERS

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lança hoje uma campanha de prevenção de abusos sexuais de crianças e jovens, apelando à denúncia deste crime, para que possa ser investigado e a criança apoiada.

A campanha é lançada no dia em que a APAV apresenta o projeto CARE, uma rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual que apoiou, desde que foi criada em janeiro, 103 crianças.

Em declarações à agência Lusa, o gestor da Rede CARE, Bruno Brito, explicou que "um dos objetivos da rede, além do apoio, é sensibilizar a comunidade de que estes crimes existem e devem ser denunciados de modo a que possam ser investigados e as crianças apoiadas".

"A campanha terá o propósito de não haver um silêncio dos crimes", sensibilizando para os seus efeitos nas crianças e famílias e dando a conhecer "alguns sinais envolvidos na violência sexual", para que sejam denunciados, disse Bruno Brito.

Outro dos objetivos da campanha é que pessoas compreendam que podem confiar "no sistema como uma solução para o problema criado", explicou.



BERLAU & AM RAMOS NO ESPAÇO APAV & CULTURA

· 26 JUL 2016 · 16:10 ·



O Espaço APAV & Cultura apresenta no próximo dia 4 de Agosto, às 19h30, um concerto com Berlau & AM Ramos. O duo vai apresentar ao vivo o material gravado no disco *Red Railbus Sessions* (uma edição com o selo da ZigurArtists).

Diz-nos a organização - e nós acreditamos - que Fernando Ramalho e António Ramos cruzam guitarra e saxofone numa exploração atmosférica, por vezes evocativa de *Paris Texas*, de Ry Cooder. O Espaço APAV & Cultura fica situado na Sede da APAV, na Rua José Estêvão 135-A, em Lisboa. O concerto tem entrada livre.

Nova revista apoia vítimas de violência

Texto Juliana Batista | Foto FM | 23/07/2016 | 11:21



A revista «Miscellanea APAV» vai ser lançada em Lisboa e dedica as suas páginas a «temas relacionados com vítimas de crime ou com apoio à vítima»

IMAGEM

A+ A- ENVIAR IMPRIMIR COMENTAR PARTILHAR

PORTUGAL ANTERIOR SEGUINTE

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lança o número um da revista «Miscellanea APAV» na próxima segunda-feira, dia 25 de julho, pelas 10h00, no Hotel Neya Lisboa. A sessão de lançamento será marcada por uma «conversa informal com alguns dos autores da publicação», informa a associação, em comunicado.

A «Miscellanea APAV» é um meio criado para «publicar artigos científicos e de reflexão sobre temas relacionados com vítimas de crime ou com apoio à vítima». Depois da edição número zero, apenas digital, esta nova publicação apresenta «40 páginas».

Nesta revista poderão ler-se «artigos científicos de Neusa Patuleia e Isabel Alberto, Rute Agulhas, Nicole Figueiredo e Joana Alexandre, Isabel Carneiro Rodrigues e Mariana Vilas Boas, intercalados por ilustrações de Engrácia Cardoso».

Através desta iniciativa, a APAV pretende «articular o conhecimento científico com os seus procedimentos no âmbito do apoio às vítimas de crime e suas famílias e/ou amigos, constante ao longo da sua história».